



Instituto Euvaldo Lodi
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

PROCESSO SELETIVO Nº 09/2022
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ-TJCE

CURSO: PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

PROVA DISSERTATIVA

QUESTÃO 1

Ana, estudante da rede pública municipal, reclamou para o pai, Robert, americano com residência permanente no Brasil, que a escola não vinha oferecendo a merenda escolar há algum tempo. Diante da reclamação da filha, Robert resolveu verificar o que estava ocorrendo e requereu, junto a Administração Pública, informações sobre o contrato realizado entre a Prefeitura e a empresa responsável pelo fornecimento dos alimentos para a rede escolar do município. Ocorre que, a informação foi negada, fundamentada no fato desse não ser brasileiro, razão pela qual, não poderia ter acesso a informações de contratos municipais. Diante da situação hipotética, disserte de forma fundamentada acerca da negativa recebida por Robert e se essa encontra amparo legal, bem como, fundamente se é cabível impetração de habeas data.

ESPELHO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 1

A informação não poderia ser negada, pois não possui amparo legal, uma vez que, o art. 5º, XXXIII da CF/88 traz que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral”. Dessa forma, qualquer pessoa física, seja nacional ou não, ou, mesmo, pessoa jurídica, pode exercer o direito à informação. Esclarece-se ainda que, não é cabível a impetração de habeas data, considerando que o não se trata de negativa de informação relativa à pessoa do impetrante, conforme preceitua o art. 5º, LXXII. Na hipótese apresentada trata de negativa de informação de interesse público ou particular, logo, houve violação ao direito de informação pública, previsto no art. 5º, XXXIII, da CF/88, sendo, portanto, cabível no presente caso o Mandado de Segurança (art. 5º, LXIX), uma vez que se trata de um direito à informação que é líquido e certo.

QUESTÃO 2

Diante de mais um brutal assassinato de uma travesti em Fortaleza, um grupo de Advogados decidiram movimentar as instituições públicas na tentativa de federalizar o referido crime, por considerarem que houve grave violação dos direitos humanos. Diante da informação fornecida, disserte acerca do instituto da federalização dos crimes contra os direitos humanos e a quem pertence a legitimidade para requerer e deferir o pedido de federalização.

ESPELHO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO 2

A federalização dos crimes contra os direitos humanos é um instituto trazido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, trata-se da possibilidade do deslocamento de competência da Justiça comum para a Justiça Federal, nos crimes que restarem configurados grave violação aos direitos humanos. O referido instituto está previsto no Art. 109, § 5º, da Constituição Federal, que traz a previsão que apenas o Procurador-Geral da República poderá suscitar o incidente, em qualquer fase do inquérito ou processo, perante o Superior Tribunal de Justiça, que verificará a existência, ou não, de grave violação de direitos humanos, necessidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de Tratados Internacionais e incapacidade das autoridades locais de levarem o caso à frente ou não buscarem, de forma eficaz, sua elucidação, para sua admissibilidade.